

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS - CFOT

Parecer n.º 34 de 05 de Junho de 2023

Projeto de Lei n.º 52/2023 de 02 de Maio de 2023.

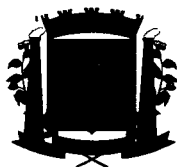
Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Autoriza abertura de Créditos Adicionais Especiais até o limite de R\$ 210.182,09 (Duzentos e dez mil reais, cento e oitenta e dois reais e nove centavos), junto ao orçamento municipal de 2023, recursos provenientes das Resoluções SES/MG n.º 7553/2021 e n.º 7755/2021, destinados ao reforço do custeio das ações e serviços de saúde, para Estruturação da Atenção Primária à Saúde (Organização da Atenção Primária à Saúde), no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 42 do Regimento Interno que relata:

“Art. 42. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I - plano plurianual de investimentos;*
- II - diretrizes orçamentárias;*
- III - orçamento anual;*
- IV - crédito adicional;*
- V - contas públicas;*
- VI - prestação de Contas;*
- VII - planos e programas municipais;*
- VIII - acompanhamento dos custos das obras e serviços;*
- IX - fiscalização de investimentos*
- X - tributos em geral;*
- XI - repercussão financeira das proposições;*
- XII - matérias relativas a fiscalização no controle dos atos da administração pública municipal, bem como o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

unidades administrativas da Prefeitura e da Administração indireta;

XIII - patrimônio público municipal;

XIV - alienação de bens públicos;

XV - patrimônio histórico, artístico, cultural e natural;

XVI - realizar relatório inicial do julgamento de contas do Prefeito”.

Fundamentação

A Lei Federal nº 4.320, de 1964, que versa sobre normas gerais de direito financeiro, estabelece que os créditos especiais se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Dispõe, ainda, a referida norma, em seu art. 42, que os créditos serão autorizados por lei e abertos por decreto. Além disto, o art. 40 e art.41 II da referida lei, dizem:

“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

(...)

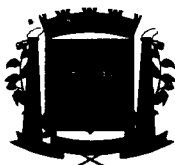
II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;”.

A Constituição da República estabelece, em seu art.167, inciso V, que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:

“Art.167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

correspondentes;"

De acordo com a mensagem nº 35, anexa ao Projeto de Lei nº 52/2023, este Projeto tem como objetivo criar dotação orçamentária específica para a utilização de recursos transferidos pelo Estado de Minas Gerais destinados ao reforço do custeio das ações e serviços de saúde para a Estruturação da Atenção Primária à Saúde (Organização da Atenção Primária à Saúde). Serão feitas as aquisições de materiais médico hospitalares para o abastecimento das Unidades Básicas de Atenção Primária à Saúde, pois constituem itens de necessidade básica para o pleno funcionamento e ampliação das atividades de atendimento das mesmas a toda população cadastrada (crianças, adolescentes, gestantes, adultos, idosos).

Importante destacar que no art. 2º é dito que os "*créditos adicionais especiais abertos pelo artigo anterior serão cobertos com recursos de Superávit Financeiro apurado no exercício de 2022 (...)*". O plano de aplicação e cronograma de desembolso também foi anexado ao Projeto de Lei nº 52/2023

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 52/2023.

Ubá, 05 de Junho de 2023.



JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



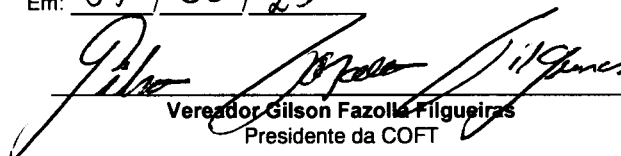
Aprovado



Rejeitado

Por: todos

Em: 05 / 06 / 23



Vereador Gilson Fazolla Filgueiras
Presidente da COFT